

## **A Guerra do Contestado: para além do Messianismo**

Luzia Sonia Cezini<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Este artigo se propõe a uma reavaliação da visão comumente aceita sobre a Guerra do Contestado e, conseqüentemente, sua abordagem em sala de aula na Educação Básica. Através de uma análise de cunho fundamentalmente materialista histórico, procurar-se-á demonstrar a Guerra do Contestado como originada a partir da luta de classes. Não se procurará negar as influências religiosas no conflito, e sim aceitar tais influências como parte importante e complementar de um movimento social complexo, que por sua natureza não pode ser reduzido a simplesmente um movimento messiânico. Dada a fundamentação para esta posição e sua exposição pormenorizada, poder-se-á apresentar aos leitores a aplicação das posições extraídas do trabalho teórico com os alunos em uma sala de aula da Educação Básica. Foi possível apresentar a eles uma visão crítica e alternativa sobre este movimento, garantindo-lhes, como procuraremos demonstrar, um conhecimento ampliado sobre o tema.

Palavras-chave: Contestado. Messianismo. Trabalhadores. Classes.

---

<sup>1</sup> Formada em História pela Universidade Estadual de Maringá, é professora de História da Rede Estadual de Ensino.

## **ABSTRACT**

This article proposes a reevaluation of the commonly accepted vision about the War of the Contested and, consequently, its approaching in classroom on the Basic Education. Through an analysis of core basically materialist historical, it will be looked for to demonstrate the War of the Contested as one originated from the fight of classes. It will not look for to deny the religious influences in the conflict, but, on the contrary, to accept such influences as important and complementary part of a complex social movement, that for its nature cannot simply be reduced to a messianic movement. Given the groundwork for this position and its detailed exposition, it will be possible to present to the readers the application of the extracted positions of the theoretical work with the pupils in a classroom of the Basic Education. It has been possible to present them a critical and alternative vision on this movement, being guaranteed, as we will look for to demonstrate, a knowledge extended on the subject.

Key-words: Contested. Messianism. Workers. Classes.

## **1 INTRODUÇÃO**

Buscar-se-á apresentar neste artigo os resultados de um trabalho voltado ao ensino da Guerra do Contestado na Educação Básica. Mais especificamente, os resultados obtidos trabalhando em sala de aula a Guerra do Contestado sob a perspectiva do materialismo histórico e da chamada Nova Esquerda Inglesa.

O objetivo fora apresentar aos alunos a possibilidade de ampliação da significação acerca do tema, juxtapondo as perspectivas supracitadas à comumente empregada nas salas de aula, a saber, aquela que limita a Guerra do Contestado a um mero movimento messiânico. Para tal, fez-se necessária uma pesquisa que fundamentasse a análise do tema a partir destas perspectivas, sobre a qual se discorrerá na sequência da exposição. Em suma, propôs-se nesta pesquisa a formulação de respostas para a seguinte questão: é possível uma abordagem didático-pedagógica acerca da Guerra do Contestado que transcenda o caráter messiânico atribuído ao movimento que a gerou?

## **2 PRESSUPOSTOS DA ANÁLISE: O MATERIALISMO HISTÓRICO E A NOVA ESQUERDA INGLESA**

Com o desenvolvimento das leituras referentes a este trabalho, pôde-se perceber que a bibliografia sobre a Guerra do Contestado oferecida aos professores e alunos da Educação Básica lhe atribui um caráter predominantemente messiânico e aponta como causadores ideológicos do conflito figuras representativas do catolicismo popular. Além disso, afirmam sem muito aprofundamento que parte dos sujeitos envolvidos naquele conflito eram contrários ao regime republicano implantado no Brasil e defendiam a volta do regime monárquico.

Esta posição comumente aceita leva às seguintes indagações: que ações o Estado Republicano Brasileiro desenvolveu que afetaram aquela população e que causaram tanta revolta ao ponto de se fazer uma guerra? Será que o caráter religioso enfatizado pelos historiadores suplanta o caráter de luta dos trabalhadores pela terra e suas implicações com o imperialismo econômico do século XIX? Podemos tratar a Guerra do Contestado como uma afirmação do catolicismo popular ou como manifestação de resistência de uma classe expropriada e oprimida pelas relações de poder e dominação estabelecida?

Perceba-se que tais indagações indicam já uma linha de referência para a crítica à abordagem convencional. Pressupõe-se aqui o materialismo histórico como método de reconstrução deste momento importante na cena política brasileira no século XIX. Mas não só: presumem-se também alguns conceitos oriundos da corrente historiográfica denominada como Nova Esquerda. Para que se possa compreender a validade deste trabalho, é necessário que se pincele alguns traços destas duas correntes.

O materialismo histórico (MARX, 1987) tem seu cerne na compreensão da História como produto das ações dos homens e de que os fatores determinantes da história são a produção e a reprodução da vida real destes homens, que a constroem a partir de suas condições reais. Pois na medida em que estabelecem relações entre si e com a natureza com o objetivo de satisfazer suas necessidades, sejam elas básicas ou criadas ideologicamente, desenvolvem a si mesmos, assumindo a condição de sujeito construtor do próprio processo histórico e da história da humanidade.

Neste processo, a produção da vida material, as formas e teorias políticas, jurídicas e filosóficas, bem como as idéias religiosas e as representações da consciência humana vão se construindo intrinsecamente, exercendo influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinando sua forma como fator predominante. Segundo Marx (1987) “a produção das idéias, representações da consciência estão a princípio diretamente entrelaçada com a atividade material”.

Outro pressuposto desta corrente historiográfica que fornece embasamento para nossa pesquisa é o de que nas diferentes épocas da história, encontramos em praticamente todas as sociedades, uma complexa divisão social em classes diferentes com interesses antagônicos (MARX, 1988).

Segundo Marx, a sociedade capitalista não só manteve esta divisão, como aprofundou o antagonismo na medida em que simplificou as oposições cindindo-as em dois campos opostos que se enfrentam diretamente: os proprietários dos meios de produção e a classe trabalhadora. Além disso, estabeleceu novas condições de opressão e novas formas de luta pela vida e pela sobrevivência das quais emergem conflitos, guerras, revoltas e revoluções.

Estes conflitos, decorrentes das lutas constantes no interior e entre as classes sociais, conduzem o processo histórico e o determina como: dinâmico, total e plural, caracterizando a história como uma ciência em constante transformação.

Entende-se que para análise da Guerra do Contestado é necessário considerar todos os elementos presentes naquele contexto empregando para sua compreensão os pressupostos marxistas de luta pela vida e pela sobrevivência daquela população.

Os historiadores desta corrente pressupõem uma relação dialética entre toda produção humana, seja ela material ou imaterial. Ou seja, consideram que simultaneamente, em tempo e espaço, os aspectos políticos, econômicos, jurídicos, religiosos, militares, sociais, culturais, são partes unilaterais e incompletas de um todo indivisível e que um verdadeiro estudo histórico deve procurar elucidá-los para possibilitar a compreensão.

Marx em suas obras acrescenta que o Estado Burguês representativo, organização política e jurídica da sociedade capitalista, é um instrumento de repressão utilizado para legitimar a exploração de uma classe sobre a outra. Assim, é no estado burguês que a classe dominante se apóia para concretizar seus interesses, pois ideologicamente o estado burguês trabalha de maneira sutil, divulgando conceitos, defendendo teorias e disseminando verdades oficiais com objetivo de manutenção da hegemonia da classe dominante.

Na problematização da temática de estudo se questiona as ações do Estado Republicano Brasileiro na Guerra do Contestado e propondo a realização de uma análise crítica, desvelando os entrelaçamentos existentes entre este Estado e as classes dominantes do capitalismo nacional e internacional representadas pelos grandes proprietários de terras da região e pelas companhias de terras e de transportes.

Já no que concerne à corrente historiográfica da Nova Esquerda Inglesa, além de fundamentar as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná (PARANÁ, 2006), dialoga com o Materialismo Histórico e, sobretudo, o complementa quando reafirma a condição da classe trabalhadora como classe revolucionária e quando reconhece que no interior de uma mesma classe também existe disputa pelo poder.

A Nova Esquerda Inglesa aglutinou-se em torno da *New Left Review*, fundada por E.P. Thompson e outros importantes intelectuais de esquerda (THOMPSON, 2001). Não se tratava apenas de uma revista, mas de um grupo de socialistas interessados na renovação do marxismo e com elevado grau de interesse político. Mais amplo do que a dimensão organizativa foi o alcance das contribuições renovadoras que Thompson apresentou ao marxismo, a partir das críticas estabelecidas aos pressupostos do chamado marxismo-leninismo.

Uma crítica central, influente nos estudos acerca dos movimentos dos trabalhadores, diz respeito aos conceitos de classe e consciência de classe. Na elaboração de Thompson (1998), crítica à concepção de classe como derivação das relações de produção, a classe social não existe anteriormente à consciência de classe, ou seja, como uma situação previamente estabelecida da qual se deve tomar consciência. Concepção que - enfatizou Thompson - é o suporte das vanguardas políticas, que pretendem conhecer os interesses do

proletariado melhor do que ele mesmo e trazer a consciência de classe de fora para dentro de sua experiência.

Colocando em relevo a experiência como elemento determinante na constituição das classes, afirmou Thompson:

[...] as pessoas se encontram em uma sociedade estruturada em modos determinados (crucialmente, mas não exclusivamente, nas relações de produção), experimentam a exploração (ou a necessidade de manter o poder sobre os explorados), identificam pontos de interesses antagônicos, começam a lutar por estas questões e no processo de luta se descobrem como classe, e chegam a conhecer este descobrimento como consciência de classe. A classe e a consciência de classe são sempre as últimas, não as primeiras, fases do real processo histórico. (THOMPSON: 1979)

A partir destes pressupostos metodológicos, poder-se-á partir para a análise das diversas facetas da Guerra do Contestado que transcendam a guerra em si mesma e lhe outorguem significados e graus de compreensão diferenciados.

### 3 A GUERRA DO CONTESTADO: ALÉM DO MESSIANISMO, SUAS VÁRIAS FACETAS

#### 3.1 Capitalismo e Imperialismo econômico: o quadro macro econômico da época

Pressupor-se-á capitalismo como um modo de produção que possui especificidade em cada contexto onde se instaura. É uma forma de organização da vida material e da reprodução social bastante recente na história humana. É assim definida por Ellen Wood:

Um sistema em que os bens e serviços, inclusive as necessidades mais básicas da vida são produzidas para fins de troca lucrativa, em que a capacidade humana de trabalho é uma mercadoria à venda no mercado; (...) No processo de atender às necessidades e desejos da sociedade, os trabalhadores também geram lucros para os que compram sua força de trabalho. Na verdade, a produção de bens e serviços está subordinada à produção do capital e do lucro capitalista. O objetivo básico do sistema capitalista, em outras palavras, é a produção e a auto-expansão do capital (WOOD, 2001).

Para Marx (1987), para que aconteça o progresso da produção capitalista é necessário que haja o desenvolvimento de uma classe trabalhadora que *por educação; tradição e costume* aceite as exigências deste modo de produção como leis naturais e inevitáveis. Enquanto esta nova classe trabalhadora não se desenvolver, a burguesia precisa utilizar a força do Estado para manter o próprio trabalhador num grau adequado de dependência. É nesse sentido que a afirmação de que a força é o parteiro de toda sociedade velha que traz uma nova em suas entranhas deve ser tomada no seu sentido mais amplo.

Por Imperialismo Econômico (COTRIM, 2005) se entende a política de expansão e domínio territorial e/ou econômico de uma nação sobre outras. No séc. XIX, com a Segunda Revolução Industrial, a máquina a vapor foi substituída pelos motores elétricos ou a combustão possibilitando o surgimento de indústrias gigantescas de aço, empresas para a extração do petróleo, fabricação de navios, fabricação de locomotivas, etc.

Neste período, os grandes monopólios cresceram tanto que o mercado nacional já não era mais suficiente para sua reprodução. As megaempresas passaram a exportar capital investindo-o em outros países buscando novos



mercados consumidores, fontes de matérias-primas e mão-de-obra barata. Podemos afirmar que o imperialismo é, sobretudo, investimento de capital no estrangeiro e domínio econômico de um país sobre os outros

### **3.2 As relações políticas e sociais no Brasil na primeira república: a política do *café-com-leite*, o *Coronelismo* e o *Sistema de Compadrio***

A Primeira República Brasileira (1889 a 1930) foi um período marcado pela hegemonia política dos estados de São Paulo e de Minas Gerais. Os fazendeiros paulistas produtores de café e os grandes produtores de leite de Minas Gerais dominaram o cenário político do país. O Estado Brasileiro foi mantido como instrumento mantenedor dos interesses desta facção da classe dominante que se revezava no poder durante todo o período também conhecido de *República do - café-com-leite*. Com a instituição da *Política dos Governadores*, surgiu uma espécie de acordo entre o Presidente da República e os Governadores estaduais para manutenção do poder (FIGUEIRA, 2005).

Outro ponto importante a se ressaltar é que, em 1831, no Período Regencial, foi extinta no Brasil as milícias, ordenanças e guardas municipais e criada a Guarda Nacional do Império. Esta corporação passou a ser organizada em todo território nacional e para seu *coronelato* eram nomeados os grandes senhores de engenhos, os fazendeiros de criação de gado mais poderosos e produtores de café. Para oficiais e soldados, eram nomeados os capatazes, os agregados, os peões e os capangas escolhidos pelos próprios fazendeiros. Construiu-se assim no Brasil o fenômeno do *coronelismo*, ampliando o poder dos fazendeiros. Os coronéis concentravam em si a figura do juiz, delegado, chefe, conselheiro, legislador (LEAL, 1997).

A par do coronelismo, o *Sistema de Compadrio* (AURAS, 2001) era outro elemento que permeava as relações de poder entre grandes proprietários de terras e trabalhadores rurais. Quantos mais afilhados e compadres o coronel tinha, mais era seu poder de dominação: o beija-mão e o pedido de bênção ao padrinho eram ensinados desde cedo às crianças para saber respeitar a classe dominante.

Ao nível das relações sociais o sistema de Compadrio, legitimado pela Igreja Católica, representava ideologicamente o estabelecimento de igualdade entre as partes – coronel e agregado – que tinham um estilo de vida semelhante empregando as mesmas técnicas e instrumentos rudimentares e pouco diferenciando no seu uso e manejo com a terra. Esta situação de *igualdade* permitia a presença de uma *consciência niveladora* entre classe dominante e dominada o que reforçava a estrutura de dominação mantida enquanto ordenação econômico-social. A classe trabalhadora permanecia assim à margem da vida política e econômica do país.

### **3.3 Origem do nome *Contestado***

Em 1853, quando a Província do Paraná foi desmembrada da Província de São Paulo, os paranaenses procuraram firmar posse também sobre as terras do oeste de Santa Catarina (STECA; FLORES, 2002). A Província de Santa Catarina contestou por diversas vezes as ações paranaenses junto ao Governo Imperial. Inicialmente, foi travada uma batalha política entre as duas Províncias. Discursos foram proferidos no Congresso e no Senado Federal pelos políticos catarinenses e combatidos pelos políticos paranaenses.

Por um longo período, as duas províncias foram contestando as ações uma da outra através de retóricas políticas entremeadas de fatos concretos como derrubadas de pontes, envio de destacamentos policiais e criação de estações fiscais em áreas sob litígio. São conhecidos conflitos armados nos postos de fiscalização do município de Rio Negro quando grupos de catarinenses atacaram barreiras erguidas pelos moradores do Paraná.

A disputa pela região foi aguçada com a promulgação da Constituição Republicana de 1891, que assegurava aos estados o direito de decretar impostos sobre exportações de mercadorias de sua propriedade e sobre indústrias e profissões. Procurando aumentar sua arrecadação, tanto um quanto outro estado lançava impostos sobre uma mesma propriedade entendendo que esta fazia parte de seu território.

Em 1904 o Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa a Santa Catarina. O estado do Paraná interpôs recurso. Cinco anos mais tarde, em 1909, o Supremo Tribunal Federal pronunciou-se novamente favorável a Santa

Catarina, repetindo este posicionamento em 1910 e rejeitando os embargos propostos por Rui Barbosa que advogava pelo Paraná.

Os paranaenses que viviam na região, inconformados com a perda da causa, decidiram formar um estado federado independente denominado Missões. Com a capital em União da Vitória esse estado teria como limites os Rios Iguaçu e Negro ao Norte, Peperi-Guaçu e Santo Antonio a Oeste, ao Sul o Rio Uruguai e a Leste a Serra do Mar. A implantação desse projeto foi desmobilizada por tropas federais.

A questão de limites entre os estados arrastou-se até 20 de outubro de 1916 quando, mediados pelo presidente da República Wenceslau Braz, os governadores do Paraná Afonso Camargo e de Santa Catarina Felipe Schmidt assinaram um acordo estabelecendo os limites entre os dois estados que vigora até os dias atuais.

### **3.4 Localização e ocupação da região**

A ocupação da região (CARVALHO, 2008), além da feita pelos indígenas, deve-se em grande parte ao movimento tropeirista, que criou caminhos que partiam do Rio Grande do Sul em direção à São Paulo. Às margens destes caminhos houve a instalação de vendas, pousadas, campo para descanso de animais, etc., o que possibilitou, a partir do século XVIII, a formação de pequenas vilas e lugarejos. No século seguinte, com eventos revolucionários que permearam a história do sul do Brasil, grupos remanescentes se instalaram na região ocasionando o crescimento e o desenvolvimento de algumas cidades.

No decorrer da década de 1900-10, milhares de novos moradores, brasileiros e imigrantes estrangeiros, vieram habitar a região (AURAS, 2001). No entanto, a estrutura social permaneceu a mesma, baseada na desigualdade composta por um grupo minoritário de pessoas que dispunham da posse legal de vastas porções de terras (os coronéis) e de outro lado, um grupo majoritário composto de ervateiros (pequenos proprietários ou posseiros), peões-ervateiros e agregados.

As relações sociais estabelecidas entre estes grupos eram baseadas no sistema de compadrio e do coronelato, como vimos acima, o que legitimava a dominação dos latifundiários sob a classe trabalhadora.

### 3.5 A questão da terra

No final do século XIX, a região do Contestado foi invadida por *intrusos* especuladores que se aproveitavam da ausência do Estado, invadiam e exploravam o comércio da madeira para, posteriormente, vender as terras a terceiros por preços mínimos mesmo não tendo título de propriedade (CARVALHO, 2008). Mas não era apenas com este objetivo que aconteciam as invasões. A invasão das terras devolutas do estado se dava também por trabalhadores que se estabeleciam na região, cultivavam produtos para, mantinham uma pequena área de pastagem para pouco gado e animal de sela. Estes trabalhadores também extraíam da mata a erva-mate que vendiam ou trocavam por mercadorias industrializadas nos armazéns de processamento localizados às margens dos caminhos de tropas.

Os grandes proprietários que tinham títulos de posse da terra também invadiam terras públicas através da prática da *mudança da cerca* (Ibidem). Após conseguirem com aliados políticos a autorização de posse de grandes extensões de terras, inclusive daquelas habitadas por pequenos posseiros e daquelas concedidas a outros grandes proprietários, os fazendeiros promoviam a *mudança de cerca* para alargar seus limites territoriais desconsiderando a posse de outrem.

Há registros de que um mesmo pedaço de terra pertencia a três donos ao mesmo tempo: dois com autorização legal e um por *direito vivido* (Ibidem). Ou seja, o direito à terra, além das autorizações concedidas legalmente, era adquirido através da cultura efetiva e da morada habitual. O posseiro deveria comprovar que habitava a área há algum tempo e que nela efetivava plantações para sua sobrevivência. A comprovação era realizada através de testemunho geralmente dos coronéis, autoridades supremas da região. O registro de propriedade da terra nos órgãos oficiais não era, porém, prática dos habitantes da região.

Nem mesmo a Lei de Terras de 1850 (Ibidem) conseguiu modificar a prática de apossamento de terras realizada na região, pois em 1912 os governos dos estados do Paraná e Santa Catarina, através de relatórios encaminhados ao governo da República, admitem a incapacidade do poder público de conhecer a realidade da apropriação territorial na região. Constituíam-se assim um quadro bastante instável para os moradores.

### **3.6 Messianismo e religiosidade popular**

É algo recorrente em aglomerações sociais a construção de uma crença popular autônoma, peculiar, que se manifesta tipicamente, reivindicando a reconstrução ou a construção neste ou em outro plano de uma realidade sonhada ou vivida (AURAS, 2001). São manifestações da religiosidade popular desenvolvidas no interior das sociedades e que reivindicam a felicidade eterna.

Na região do Contestado, em específico, assim como praticamente inexistia a presença do Estado para o estabelecimento das regras e garantia do seu cumprimento, a Igreja Católica como instituição representante da religião oficial do Estado Brasileiro pouco se fazia presente. O difícil acesso pela escassez de meios de transporte e inúmeros conflitos pela terra que tornava a região perigosa, dificultavam a presença dos padres que realizavam visitas esporádicas para a celebração de missas, casamentos ou batizados dos moradores. Esta ausência dos representantes da religião oficial facilitou a penetração de outros elementos constitutivos da religiosidade popular na região (Ibidem). Além disso, a ausência de assistência médica permitiu que curas realizadas através dos benzimentos, rezas e do uso das ervas medicinais tivessem espaço (QUEIROZ, 1981).

Nesse sentido, o vazio deixado tanto pelo Estado quanto pela Igreja Católica foi ocupado pelos monges que em épocas diferentes passaram ou fixaram moradia na região. Além de possuírem o conhecimento das rezas e das ervas que curavam, de conhecerem a prática dos ritos cristãos – casamentos, batizados, extrema unção – e constituírem-se por estas práticas verdadeiros líderes na comunidade, ainda possuíam certo saber retórico. Instigaram os moradores da região nos assuntos concernentes à ocupação das

terras, contra as práticas instituídas pelos coronéis da região, pelo Estado Republicano e por seus Federados.

Os monges se tornaram elementos desestruturantes da ordem estabelecida uma vez que o coronel deixou de ser o único compadre do agregado ou pequeno posseiro e peões. O afilhado, antes apenas do coronel, ganhou mais um padrinho a quem devia obediência e respeito: o monge. A autoridade passou a ser exercida também pelo monge que através de preceitos religiosos convencia os habitantes da região a agir desta ou daquela forma. Além dos pequenos posseiros, mesmo os coronéis passaram a confiar no monge, pois ele promovia em diversas ocasiões curas em familiares dos mesmos sem nada receber em troca.

A crença de que *tudo posso Naquele que me fortalece* fez dos habitantes do Contestado, homens simples e rudes, trabalhadores que sabiam apenas a *lida com a terra*, pessoas organizadas em *quadros santos* compondo o Exército Encantado cujo objetivo era lutar contra o exército da República. Transformou aqueles seres humanos em homens fortalecidos para lutar pela terra contra a *gente das Oropas* representada pelas grandes companhias internacionais tentando garantir o direito de posse da terra socialmente adquirido pela morada habitual e cultivo efetivo.

### **3.7 A monarquia sertaneja**

A idéia de monarquia defendida pelos trabalhadores residentes na região do Contestado deve ser compreendida como um modelo idealizado de sociedade baseada em valores e costumes anteriores à forma republicana de vida vivida por eles e da introdução das companhias imperialistas no local (CARVALHO, 2008).

Os trabalhadores atribuíam todas as mazelas sociais ao Estado Republicano: a expulsão das terras, as investidas do exército contra eles, a penetração da ferrovia naquele local, a colonização abrupta e a presença do capital estrangeiro, a falência do comércio às margens dos antigos caminhos os tropeiros, etc.

Para os trabalhadores da terra daquela região, o governo Republicano roubou-lhes o direito à terra e entregou-o aos estrangeiros. Defendiam,

portanto, a monarquia, e a implantaram por conta própria. Era a Monarquia Celestial, que aboliria as condições vigentes e restauraria uma era de plena felicidade que dantes existia. Defendiam-na porque era a *lei de Deus* e repudiavam a República porque era a *lei do diabo*. O *diabo* era aquele que além de tirar a terra do trabalhador, desestruturava sua vida, roubava-lhe o sustento e provocava sua fome e miséria.

### **3.8 Transformações na ordem estabelecida**

As políticas de colonização dos territórios do interior do Brasil aliadas aos interesses de expansão imperialistas possibilitaram a construção de muitas ferrovias pelo país, inclusive a ferrovia que liga a cidade de Itararé em São Paulo à Santa Maria no Rio Grande do Sul (CARVALHO, 2008).

A construção da ferrovia foi iniciada em 1890 pelo engenheiro João Teixeira Soares, que transferiu a concessão para uma empresa francesa. Em 1906, o grupo francês vendeu o direito de construção para a empresa Brazil Railway Company, comandada pelo empresário norte americano Percival Farquhar (AURAS, 2001).

O grupo Farquhar também instalou na região a empresa Southern Brazil Lumber And Colonization, que tinha por objetivo retirar e beneficiar a madeira encontrada nas terras concedidas à companhia (uma faixa de 15 km tendo no conjunto da extensão um domínio de 9 km por margem) e nas terras compradas pela companhia (cerca de 230 mil hectares de terras).

Além das empresas, o grupo também construiu armazéns onde os trabalhadores compravam o necessário para sua sobrevivência. Há registros de que os salários recebidos eram correspondentes ao valor da dívida do armazém e, em alguns casos, todo o salário ganho pelo mês trabalhado não cobriam as despesas mensais do trabalhador ficando sempre dívidas para serem sanadas no mês seguinte.

Em 1908 foi instalado no município de Calmon o escritório da empresa Brazil Lumber, subsidiária da Brazil Railway, que começou naquele ano a passagem dos trilhos da estrada de ferro pela região. O grande empreendimento exigia um contingente muito grande de mão-de-obra, provocando mudanças substanciais no modo de vida dos habitantes.

Cerca de 8000 trabalhadores provenientes de várias regiões do Brasil foram trazidos para o local para construir a estrada de ferro. Com fé nas promessas de muitas vantagens e altos salários desempenhavam as atividades designadas pelos taifeiros, que recebiam por empreitada e se encarregavam dos pagamentos.

Além deste grande contingente de mão-de-obra, a companhia introduziu na região um corpo de segurança composto por mais de trezentos homens – número superior ao que tinha a Força Pública do Paraná na época. Aquela polícia estava a serviço de interesses econômicos anônimos e alheios àquela população.

Entre 1908 e 1911, a companhia começou a demarcação das terras de sua propriedade e o processo de expulsão dos pequenos posseiros das terras foi intenso e extremamente violento. O corpo de segurança ou o advogado da empresa intimidavam os posseiros para que renunciassem à posse. Os que resistiam em sair muitas vezes tinham suas casas e plantações queimadas e suas famílias dizimadas, o que resultou no aumento das tensões sociais da região.

Ao término da construção da ferrovia em 1910, os trabalhadores advindos para este fim foram demitidos e a promessa da Companhia em levá-los de volta para seus lugares de origem não foi cumprida. Formou-se uma camada composta por trabalhadores braçais, caracterizada pela extrema pobreza, elevando o nível de desemprego e de marginalidade social. Essa camada se prendia cada vez mais ao mandonismo dos coronéis e da rígida estrutura fundiária, que não alimentava nenhuma perspectiva de alteração da situação vigente. Esses elementos contribuíram para o desenvolvimento de grande religiosidade, misticismo e messianismo.

As antigas relações de trabalho nas fazendas estavam baseadas no favor e, mesmo sendo objetivamente opressoras, possuíam legitimidade e pareciam justas. A substituição dessas relações por relações capitalistas estabelecidas pela presença da companhia impunha aos trabalhadores novas relações com a terra que não se baseavam mais no cultivo e na moradia. A terra adquirira o valor de compra e venda e transformou-se em mercadoria passível de valorização de mercado. A lida na terra e com o gado ou a extração da erva-mate da floresta deixaram de ser trabalhos para a subsistência, e



passaram a ser um trabalho assalariado com novas regras que exigiam novos comportamentos por parte do trabalhador.

Antes da entrada da modernidade representada naquele contexto pelas companhias capitalistas, havia uma ordem estabelecida em harmonia com o universo cultural da população daquela região. As relações sociais eram pautadas nos elementos de violência, porém relacionados a um sentido cultural previamente elaborado para justificar a existência de tal ordem. Ou seja, a ordem estabelecida na região do Contestado era marcada pela presença de uma série de elementos de violência organizados em torno daqueles que, mesmo sendo minoria, usufruíam dos bens de consumo e de produção naquela sociedade. Não eram contestados pela maioria, pois detinham a posse legal de várias porções de terra e eram os “compadres” que simbolicamente representavam o sentimento de lealdade.

A desestruturação da ordem social anterior, assegurada pelo abrupto ingresso naquele cenário de uma moderna empresa capitalista, não se fez acompanhar pelos agentes capazes de difundir a ideologia capitalista, preparando a consciência para a aceitação *natural* de submissão à ordem do sistema econômico moderno.

A classe trabalhadora do Contestado não estava desenvolvida a ponto de *por educação, tradição e costume*, como afirmou Marx, adequar-se às novas exigências da sociedade em construção na região. Os valores em que se baseava a vida do habitante do Contestado foram destruídos com o novo modo de viver. Não é surpreendente que muitos deles não se adequaram e lutaram até a morte para preservar seu antigo modo de vida.

### **3.9 A guerra**

O primeiro conflito armado ocorreu na região de Irani ao sul de Palmas em outubro de 1912, com as tropas estaduais paranaenses sendo derrotadas pelo Exército Encantado (AURAS, 2001). Foi um confronto sangrento no lugar chamado Banhado Grande, que resultou na morte de dezenas de pessoas de ambos os lados, inclusive o monge José Maria e o Coronel João Gaulberto. Parte do armamento fora incorporado ao Exército Encantado.

Após o combate do Irani (CARVALHO, 2008), o grupo de trabalhadores se dispersou na região. Temendo represálias por parte do governo e dos coronéis, mudaram-se para outras localidades. No entanto, o ideal da monarquia e de reestabelecimento da ordem não morrera para os trabalhadores seguidores do monge José Maria.

Em dezembro de 1913 cerca de 300 moradores residiam no reduto de Taquaruçu no município de Curitiba, lugarejo considerado *cidade santa* onde o monge José Maria iria ressucitar e continuar à frente do Exército Encantado de São Sebastião contra os tiranos da República. Diariamente a população aumentava. Tanto famílias de trabalhadores pobres quanto de coronéis que acreditavam no retorno do monge foram residir no reduto levando consigo todos os seus pertences – mantimentos e animais – que serviram para manter aquela população quando foram cercados pelo Exército Federal e Estadual (CARVALHO, 2008).

Esse ajuntamento de pessoas em um único local, a notícia da reorganização do exército dos trabalhadores, a retomada da luta pela terra e da restauração da monarquia, não foi bem visto pelas coronéis e chefes políticos da região. Eles solicitaram a intervenção do Estado para promover a dispersão dos trabalhadores do local. Em dezembro de 1913, foi enviado à região um destacamento de tropas do Paraná e Santa Catarina que também foi derrotado pelo Exército Encantado de São Sebastião. Em fevereiro do ano seguinte as tropas militares atacaram o arraial de Taquaruçu, matando dezenas de pessoas.

Neste período, Taquaruçu (AURAS, 2001) contava com 600 moradores. Como o reduto havia ficado grande e de difícil defesa, os trabalhadores observaram a necessidade de fundar o reduto de Caraguatá para os lados de Perdizes Grandes. Para esta localidade foram alguns chefes “religiosos” do grupo, e se organizou o exército, contatando pessoas influentes na área e recrutando homens para a *guerra santa* (PEIXOTO, 1995). Em pouco tempo havia em torno de 200 ranchos e 30 barracas no reduto.

Outra interferência a favor dos trabalhadores deu-se no Rio de Janeiro pelo advogado Diocleciano Martyr, que apresentou ao Supremo Tribunal Federal um pedido de *habeas-corpus* para todos os participantes do conflito a

fim de garantir-lhes *liberdade de consciência e direito de reunião*. O pedido do advogado foi negado.

Cerca de 750 soldados, munidos de metralhadoras e peças de artilharia de montanha, mandados pela capital da República, marcharam em direção a Taquaruçu e em 8 de fevereiro de 1914, ao meio-dia, o reduto foi atacado. O Capitão Vieira da Rosa escolheu uma elevação, distante cerca de 600 metros dos casebres dos moradores do reduto para colocar dois canhões e as metralhadoras. As balas das armas utilizadas pelos trabalhadores não atingiam os soldados e os tiros certos dos canhões e metralhadoras provocaram a queimada dos casebres em cujo interior estavam muitas mulheres e crianças. Das forças oficiais, morreu um soldado e três ficaram feridos.

A noite, paralisado o combate, os poucos sobreviventes de Taquaruçu fugiram para Caraguatá (CARVALHO, 2008). Após a derrota de Caraguatá, outros regimentos foram compostos e enviados à região, no decorrer do ano de 1914. Mas foram derrotados como os anteriores, pois com as vitórias e a fama de invencibilidade, o reduto de Caraguatá foi invadido por novos moradores que aumentaram sua força de defesa. Entretanto, tornou-se uma localidade muito povoada e de difícil manutenção.

A exemplo da criação de Caraguatá, (Ibidem) outro reduto foi criado: o de Bom Sossego em Pedras Brancas, a dezenas de quilômetros a nordeste de Caraguatá. Além deste, no vale do Rio Timbozinho, por posseiros que vinham sofrendo ameaças de coronéis, foi fundado o reduto de São Sebastião, que chegou a ter 200 casas e mais de 2.000 moradores.

O General Carlos de Mesquita, veterano da Guerra de Canudos, foi então designado pelo governo central para reestabelecer a ordem na região. Inicialmente, o General propôs um acordo de paz seguido de dispensa dos revoltosos. Sem êxito em sua proposta, promoveu um ataque obrigando os moradores do reduto atacado – Santo Antonio – a fugirem para reduto de Santa Maria e, em resposta a este ataque o Exército Encantado incendiou a estação do município de Calmon, dizimou a vila de São João (Matos Costa), atacou Curitiba e ameaçou entrar em União da Vitória (Ibidem).

Em 1º de setembro de 1914, com o lançamento do Manifesto Monarquista escrito em 5 de agosto daquele ano, intensificaram-se os conflitos armados caracterizados por saques e invasões de propriedades, por destruição

efetiva do patrimônio da companhia ferroviária e serrarias do grupo Farquhar e por um discurso que vinculava pobreza e exploração à República.

O General Setembrino organizou o destacamento militar sob seu comando em quatro frentes de batalhas. Deslocou um destacamento exclusivo para proteger o patrimônio das companhias e deu ordem aos comerciantes dos municípios de não vender víveres aos moradores dos redutos. O objetivo era fazer um cerco e obrigar os moradores rebelados a se juntarem em um único reduto e lá, perecerem pela fome e por doenças. Ou se entregarem às autoridades (Ibidem).

Neste período, o reduto mais habitado era o de Santa Maria com cerca de 5000 trabalhadores liderados por Deodato Manuel Ramos, o Adeodato, e por Maria Rosa, líder espiritual do grupo que transmitia as ordens segundo ela recebidas do monge José Maria.

Com a falta de alimentos causadas pelo cerco, dezenas de trabalhadores morreram e outros, em deplorável condições de miséria e enfraquecidos pela fome, depuseram as armas e se entregaram. Maria Rosa morreu num confronto com os soldados do Exército. Porém, Deodato não aceitava a rendição ameaçando e condenando à morte aqueles que se propunham a ela. Assim, além da fome, das doenças e do medo dos ataques das tropas do governo, os moradores do reduto passaram a temer os homens de Adeodato (AURAS, 2001).

O cerco deu certo. A estratégia foi vitoriosa e em dezembro de 1915, o Exército Brasileiro deu por dizimado o último reduto de trabalhadores revoltosos: o reduto de Santa Maria. Quando lá entraram, encontraram apenas alguns trabalhadores agonizantes pela fome e acometidos pela febre tifo, dentre eles muitas mulheres e crianças abandonadas pelas mães que pereceram.

Deodato, o último líder do Contestado, (CARVALHO, 2008) conseguiu fugir por oito meses das tropas do governo, sendo capturado em agosto de 1916, quando o Exército Brasileiro deu por encerrada a Guerra do Contestado. Deodato ficou por sete anos preso e morreu numa tentativa de fuga em 1923. Quanto ao restante da população, muitos conseguiram perdão devido à colaboração com as autoridades. Número maior porém acabou trabalhando

para o Estado como forma de ressarcimento pelos prejuízos. Além disso, houveram 167 execuções.

#### 4 O TRABALHO EM SALA DE AULA

Com os resultados obtidos com a pesquisa acima descrita, o próximo passo se deu ao trabalhar a Guerra do Contestado com uma turma do 3º do Ensino Médio da rede pública. Antes do trabalho do texto em si, apresentou-se a problematização da temática e sua importância para história de nosso Estado e no desenvolvimento da República Velha em nosso país. Adiantou-se aos alunos a relação entre movimentos sociais e a organização político-econômica em que estão inseridos. Além disso, ofereceu-se a eles a visão consensual a ser analisada criticamente durante os estudos que se seguiriam, a saber, a Guerra do Contestado como mero movimento messiânico.

Dado esta introdução, iniciou-se o trabalho com a pesquisa sobrescrita a partir de uma leitura pormenorizada, tomando-a como material didático. Retorne-se à pergunta essencial que movimentou a pesquisa: é possível uma abordagem didático-pedagógica acerca da Guerra do Contestado que transcenda o caráter messiânico atribuído ao movimento que a gerou? Parece clara a possibilidade de suplantar este movimento como simplesmente um movimento messiânico, como se tentou demonstrar. Cabe, com a problematização devida e a abordagem da pesquisa aqui descrita em sala de aula, dar conta da outra parte da questão: sua abordagem pedagógica e contribuição para a melhor compreensão dos alunos sobre o tema.

Foi com este intuito que se deu o fichamento do texto proposto como material didático, ressaltando-se as partes principais, acompanhado pelo professor com indagações sistematizadas como forma a motivar o término da tarefa. Como elemento complementar à boa compreensão do texto, solicitou-se aos alunos sua reescrita a partir do fichamento elaborado, adequando às suas perspectivas os conceitos repassados. Ainda com relação ao texto base, formou-se um debate sobre o tema com orientação do professor para que se sociabilizassem os conceitos apreendidos e, a partir da diferença de interpretação, o ponto de vista do grupo foi enriquecido. Ao mesmo tempo em que o mediador acrescentava os adendos que se faziam necessário, foi realizada a verificação da aprendizagem dos conceitos e perspectivas empregados para analisar a Guerra do Contestado. Passou-se para uma segunda fase: orientou-se uma pesquisa individual acerca do tema com

algumas fontes indicadas pelo professor e uma margem de trabalho de busca bibliográfica pelos alunos. Buscou-se com isso não só uma complementaridade de conteúdos: se somou a verificação *in loco* por parte dos discentes dos materiais bibliográficos disponíveis e sua abordagem comumente empregada, propiciando um julgamento individualizado da linguagem e perspectiva acerca do tema. Sem conduzir o aluno a uma tomada de posição em favor de uma ou outra linha, buscou-se instrumentalizá-lo criticamente para discernir sobre modos de exposição historiográficos, ainda que para isso se usasse um conteúdo específico como a Guerra do Contestado. Esta pesquisa foi exposta oralmente pelos alunos num debate conduzido pelo professor.

Os resultados desta fase, ou seja, os trabalhos elaborados pelos alunos e a exposição em sala de suas conclusões, foram satisfatórios e comprovaram um conhecimento diversificado acerca do tema, incluindo a observação das diferentes formas de abordagem. Complementando esta atividade, solicitou-se aos alunos que elaborassem uma charge e a apresentassem em pictografia. O objetivo fora fazer com que se transcendesse o campo meramente conceitual e se trabalhasse a significação da Guerra do Contestado por meios representativos diversos, dentre os quais o papel da charge merece destaque devido à sofisticação da linguagem que pressupõe e, decerto, ao domínio do conteúdo a ser exposto.

Finalizou-se a experiência pedagógica com uma saída de campo, cujas fases se constituiriam em: discussão e elaboração do roteiro por parte dos alunos; a visita em si; e sua avaliação através de relatórios. A saída de campo destinou-se ao Museu do Contestado, no município de Caçador no Estado de Santa Catarina, fechando o trabalho desenvolvido.

## 5 CONCLUSÃO

A Guerra do Contestado foi um importante acontecimento de nossa história republicana, fruto de um abandono do Estado sobre a região e do progresso capitalista através da implantação de empresas multinacionais, que gerou um deslocamento das relações sociais até então vigentes nas comunidades que ali habitavam. Houve uma mudança na estrutura sócio-político-econômica de forma drástica, com um claro demérito na situação dos pequenos produtores de terra.

Com o decorrer deste trabalho, em conjunto com o Grupo de Trabalho em Rede, buscaram-se bases teóricas que permitiram chegar a esta posição. E a partir dela, a própria implementação em sala de aula de materiais e abordagens diferenciadas, inclusive entre os professores do GTR, foi relatado a facilidade de aprendizagem dos alunos quanto aos materiais propostos e o ponto comum de bibliografia insuficiente acerca da Guerra do Contestado por cerca de quarentas professores orientados durante a vigência deste projeto.

Além de propiciar uma forma de complementação formativa aos professores participantes, permitiu-se aos alunos o desenvolvimento de uma visão crítica acerca da Guerra do Contestado e, como não poderia deixar de ser, propiciou-se a eles elementos de ligação com outros movimentos sociais contemporâneos, o que leva à crença de um trabalho bem desenvolvido cujos objetivos foram atingidos.



## REFERÊNCIAS

AURAS, M. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla, 4ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República**: Das origens até 1889. Rio de Janeiro, São José: 1957.

CARVALHO. T. M. de. Nós não tem direito: Costume e direito à terra no Contestado. In: ESPIG, M. J.; MACHADO, P. P. **Guerra Santa revisitada**: novos estudos sobre o movimento do Contestado. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

\_\_\_\_\_. **Terra, Luta de Classes e Estado**: a Guerra do Contestado (1912-1916). Tese de Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

COTRIM, Gilberto. **História Global**: Brasil e geral. Volume único, 8ª ed., São Paulo: Saraiva, 2005.

D'ANGELLIS, Wilmar. **Contestado**: a revolta dos sem-terras. São Paulo: FTD, 1991.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. **História**: volume único. 1ª edição. São Paulo: Ática, 2005.

HOBSBAWM, Eric. J. **Bandidos**. São Paulo: Ed. Forense Universitária, 1975.

\_\_\_\_\_. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MARX, KARL. “Cap. XXIV – A Assim Chamada Acumulação Primitiva de Capital”. In: **O Capital**: crítica da economia política – Livro I. 17ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Ideologia Alemã**. 6ª ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1987.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista**. 5ª ed. São Paulo: Escriba, 1988.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná**: ocupação do território, população e migrações. Curitiba, SEED, 2001.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares de História para Educação Básica**. Curitiba, 2006.

PARANÁ, **Lei 13.381, de 18 de dezembro de 2001**. Torna obrigatório, no Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública Estadual de Ensino, conteúdos da disciplina História do Paraná. **Diário Oficial do Paraná**, Brasília, n.6134, 18 dez. 2001.

PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado**: Episódios e Impressões. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Messianismo no Brasil e no Mundo**. São Paulo: Dominus Editora/Editora da USP, 1965.

QUEIROZ, Mauricio Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social**: A Guerra do Contestado. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1981.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná**: do século XVI à década de 1950, cap. 6. Londrina: Ed. UEL, 2002.

THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_ **As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos.**  
Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. **Tradicion, revuelta y conciencia de clase.** Barcelona:  
Editorial Crítica, 1979.

WOOD, Ellen Meiksins. **A Origem do Capitalismo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

## **DOCUMENTOS CONSULTADOS**

1 - Monumento do Contestado, às margens da BR 153, nos Campos de Irani (SC). Disponível em: <<http://www.guiacatarinense.com.br/irani/irani02.jpg>>. Acessado em 03/12/08.

2 - Símbolos do imperialismo econômico no Brasil - final do séc. XIX e início do séc.XX. Disponível em: <<http://www.radarsul.com.br/caçador/museucontestado>>. Acessado em 03/012/08.

3 - Percival Farquhar – empresário estadunidense, proprietário presidente do grupo Farquhar. Disponível em: <<http://http://pt.wikipedia.org/wiki/PercivalFarquhar>> Acessado em 03/12/08.

4 - Quadros de Zumblick - representando a Guerra do Contestado. Disponível em: <<http://www.members.tripod.com/~omotim/pintor.html>>. Acessado em: 03/12/08

5 - Bandeira da "Monarquia Celestial". Branca com uma cruz verde evoca os estandartes das antigas ordens monástico militares. Disponível em: <<http://www.agecon.org.br/pgContestado.asp>>. Acessado em 03/12/0.

6 - Gen. Setembrino. Disponível em: <<http://www.trasosmontes.com>>. Acessado em 03/12/08.